



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Convênio que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, e a Ordem dos Advogados do Brasil/Secção do Ceará, visando a publicação de matérias da OAB no Diário da Justiça do Estado do Ceará, conforme cláusulas e condições enunciadas adiante. (Processo Administrativo nº 8512504-07.2017.8.06.0000).

CV Nº 202/2017

Por este instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, doravante denominado simplesmente TJCE, estabelecido na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambeba, Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Presidente, Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES, e a **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO DO CEARÁ**, doravante denominada simplesmente OAB-CE, situada na Rua Lívio Barreto, 668, Bairro Joaquim Távora, em Fortaleza – Ceará, inscrita no CNPJ nº 07.375.512/0001-81, representada neste ato pelo seu Presidente, Dr. MARCELO MOTA GURGEL DO AMARAL, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente Termo na solicitação da Ordem dos Advogados do Brasil/Secção do Ceará, constante no Ofício nº 109-AT-17, na manifestação da Divisão Editorial e Gráfica, devidamente autorizada pela Chefe da Assessoria de Comunicação Social, e no parecer da Consultoria Jurídica datado de 17/08/2017, constante no Processo Administrativo nº 8512504-07.2017.8.06.0000, bem como nas disposições do art. 116, da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula Segunda – Do Objetivo

O presente Convênio tem por objetivo **regulamentar os termos e condições para que o TJCE publique, em seu Diário da Justiça, os atos administrativos da OAB-CE.**

CV Nº 202/2017



1



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Terceira – Da Impressão

Para viabilizar a impressão de seus atos administrativos no Diário da Justiça do Estado do Ceará, a **OAB-CE** se obriga a encaminhar ao **TJCE**, por meio de correio eletrônico, os textos devidamente formatados, conforme padrão e prazo adotados pelo **TJCE**.

Parágrafo Único – A formatação padrão, de que trata o *caput* esta Cláusula, refere-se ao tamanho da letra, que deve ser TAMANHO 8, e ao tipo de fonte, que deve ser TIMES NEW ROMAN.

Cláusula Quarta – Das Prestações a cargo do TJCE

O **TJCE** se obriga a publicar, no Diário da Justiça do Estado do Ceará, o material remetido pela **OAB-CE**, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir de seu recebimento, salvo motivo de força maior.

Parágrafo Único – Entende-se por dia útil aquele em que haja expediente regular no **TJCE**, excluindo-se os dias referidos no art. 62 da Lei nº 5.010/66 e demais feriados nacionais, estaduais e municipais.

Cláusula Quinta – Dos Valores

Após o envio da matéria para publicação, o **TJCE**, por meio do seu Departamento Editorial e Gráfico, calculará o valor a ser pago pela **OAB-CE** por cada matéria, considerando suas dimensões e as tabelas vigentes, devendo o pagamento ser efetuado no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao das publicações das matérias.

Parágrafo Único – Não será realizada nenhuma publicação enquanto perdurar alguma pendência de pagamento por parte da **OAB-CE**.

Cláusula Sexta – Do Reajuste

Os valores previstos na Cláusula Quinta deste Convênio serão reajustados de acordo com a modificações ocorridas na tabela das publicações abrangidas neste Convênio.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Sétima – Das Prestações a cargo da OAB

A **OAB** se obriga a evitar o envio de imagens (ex.: brasão), como forma de diminuir o tráfego na rede do **TJCE**, bem como permitir um processamento mais rápido e eficiente.

Cláusula Oitava – Da Vigência

O presente Convênio terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo, a critério dos Convenientes, ser prorrogado por iguais períodos, conforme disposições da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – Ficam convalidados todos os atos praticados no período compreendido entre 14.06.2017 e a data de assinatura deste Instrumento, com o mesmo objetivo.

Parágrafo Segundo – Este Instrumento poderá ser denunciado a qualquer tempo, desde que quaisquer das partes Convenientes assim entender e à outra der ciência, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Nona – Do Foro

Fica eleito o foro da cidade de Fortaleza como competente para dirimir qualquer questão proveniente deste Convênio, eventualmente não resolvida no âmbito administrativo.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Fortaleza(Ce), 29 de Agosto de 2017.

Des. Francisco Gladysson Pontes
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

Dr. Marcelo Mota Gurgel do Amaral
Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Secção do Ceará

Testemunhas: _____



